

**CONFIDENCIAL**

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

INFORMAÇÃO N.º 354 / 16 / SNI / ACT / 72  
( SS/16 / ST / 081 )



DATA : - 18 de Setembro de 1.972.  
ASSUNTO : - CANDIDATOS À UAPPL.  
REFERÊNCIA : - JOSÉ LUIZ ROMAN e outros.  
DIFUSÃO : - INFORMAÇÃO nº 312/16/ACT/72, de 29 Ago.  
          : - SESP/PR e DCI/SSI/SC.

- Esta Agencia recebeu e difunde, para complementação, o Documento de Informação nº 975/16/AC/72, de 12 Set 72, abaixo transcrita:

1. INFORMAÇÃO RECEBIDA

a. Dentro os documentos encontrados na residência de FUED SAAD, constava uma nota datilografada, sem data, referente a candidatos à "Universidade da Amizade dos Povos Patric Lumumba - UAPPL".

b. Este documento dizia que a "UAPPL" podia receber 4 (quatro) candidatos recomendados, quais sejam:

19.935 — LUIZIO RODRIGUES OLIVEIRA  
19.936 — NADIA PEREIRA CRISTINO  
937 — JOSÉ LUIZ ROMAN  
938 — IVO NEY RODRIGUES DEMARIA

c. A nota acrescentava que IDÉLIO ALBERTO DANTE (de GOIÁS) estava de acordo em estudar na Faculdade de Economia, e que já haviam ingressado na "UAPPL", os seguintes candidatos de PORTO ALEGRE:

939 — RUTH ANDREJEW  
940 — CARLOS ALBERTO SUESE  
941 — ANTILA DOMINGUES SUESE  
942 — PAULO ROBERTO DE BARROS  
943 — LUTZ SAMPAIO ZACHI

d. Pelo documento constatou-se, ainda, que a data limite para envio dos documentos dos candidatos era 1º de Junho e havia disponibilidade de 10 (dez) vagas para a "UAPPL", 10 (dez) para outros Institutos e 10 (dez) para escolas profissionais.

Cont...

**CONFIDENCIAL**

CONFIDENCIAL

166702

(CONTINUAÇÃO DO DOC INFO N° 354 /16/ACT/72 ..... fls. 2)



2. DADOS CONHECIDOS

A respeito dos elementos acima citados, são conhecidos os seguintes dados:

a. JOSÉ LUIZ ROMAN - É um dos sócios responsáveis da Livraria Técnico-Científica, localizada à rua 15 de Novembro nº 228, 2º andar, sala 209, e rua Barão do Itapetininga, nº 88, Galeria Itá, loja 6, ambas em SÃO PAULO/SP. Seu principal proprietário é o comunista JURANDIR CELSO DO AMARAL GUIMARÃES e os outros sócios responsáveis são ALFREDO ZEQUINI e JUSSARA GUIMARÃES CAVALHEIRO (Informação).

b. IVO NEY RODRIGUES DEMARIA - Em 15 Dez 71, encontrava-se cursando a "UAPPL". Correspondeu-se, durante o mês de Nov 71, com JULIETA CUNHA DA SILVA, residente à rua Lino dos Passos, nº 12, casa 9, S. LOURENÇO, NITERÓI/RJ e com seu irmão EMÍLIO BONFANTE DEMARIA FILHO, residente à rua Professor Luiz Gatanhede, nº 265, Apt 103, LARANJEIRAS RIO/GB (Informação).

c. JOÉLIO ALBERTO DANTAS - Filho de Eupélio Silva Dantas e Joélita Aguiar Dantas, brasileiro, natural de IGUAÍ/BÁ, solteiro, tendo nascido a 27 jul 47. Seus pais residem à rua Dr. Paustino, 77, JUNDIAÍ, ANÁPOLIS/GO. Em Abr 72, estava estudando Direito Internacional, na UAPPL, tendo demonstrado desejo de estudar medicina. Correspondeu-se com MARIA STELA DUARTE MENDES, residente em ANÁPOLIS/GO, que possui registro de antecedentes subversivos.

Dirigiu, também, correspondência às seguintes pessoas residentes/ em ANÁPOLIS, sem outros antecedentes registrados na área: WALTER ARAUTO PIMENTEL, FELIX SOARES DA SILVA, ONDIMAR BATISTA e sua genitora JOELITA AGUIAR DANTAS (Informação).

d. RUTH ANDREJEW - É filha de André Andrejew, residente à rua Felipe de Oliveira, nº 275, PORTO ALEGRE/RS. Em 29 de DEZ 71 encontrava-se/ cursando a "UAPPL". Correspondeu-se com residentes em PORTO ALEGRE / (Informação).

e. PAULO ROBERTO DE BARROS - É filho de Durval Miguel de Barros, residente à rua Major Rubens Vaz, nº 61 - c/1, GÁVEA, Rio /GB. Em 29 Dez 71 encontrava-se cursando a "UAPPL". Correspondeu-se com residentes na GUANABARA. (Informação).

Cont...

CONFIDENCIAL

**[CONFIDENCIAL]**

1669P3

(CONTINUAÇÃO DO DOC INFO NO 354 /16/ACT/SNI/72.....



1. LUIZ SAMPAIO ZACCHI - É filho de João Zacchi, brasileiro, solteiro, 21 anos e residente no BRASIL à rua D. Luiz Lasagna, nº 311, SÃO PAULO /SP. Em 29 DEZ 71, encontrava-se em MOSCOU/URSS, cursando a "UAPPL".

2. Em Mar 72, remeteu para seu pai, envelope contendo 2 cartas de FLÁVIO ANTÔNIO BACHI, destinadas a ORLANDO BACHI, rua Feijó Júnior, nº 685, CAXIAS DO SUL - 95.100 - RS. A remessa de cartas para o RS, através de SÃO PAULO, é justificada, pelos alunos da "UAPPL", pelo fato de que, normalmente, não tem chegado o destino, a correspondência endereçada ao RIO GRANDE DO SUL. (Informação).

3. A respeito de LUÍZIO RODRIGUES DE OLIVEIRA, NADIA PEREIRA CRISTINO, CARLOS ALBERTO SUESE e ANTILA DOMINGUES SUESE, nada consta nesta AC.

\* \* \* \* \*

"A Revolução de 64 é Irreversível e  
consolidará a Democracia no Brasil"

O DESTINATARIO È RESPONSAVEL  
PELA MANUTENÇAO DO SIGILO DESTE  
DOCUMENTO (Art. 62 - Dec. n.º 60.917/67  
Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos)

SECRETARIA DE S. P. S. P. M. C.	Gabinete
PROTÓCOLO N.º	674
Em	21/09/72
REC'DO	

**[CONFIDENCIAL]**

2475

## Victims Leave No Trace

By LEONARD GREENWOOD

*Los Angeles Times Service*

**SAO PAULO, Brazil** — Lidia Roman, 47, opened the telegram excitedly. It was from her husband, Jose, 55, on a short trip to southern Brazil, and said: "Arriving home on the 19th. All is well."

That was in April. Mrs. Roman is still waiting. She has never heard another word from her husband.

What happened to him? The people pressing around Mrs. Roman give the answer: "He was kidnaped, like all the others."

Mrs. Roman, speaking in a low, controlled voice, says: "Either he's hidden away in a special prison with the others or he's dead."

"At first, when he didn't arrive, we thought he'd had an accident. We searched hospitals for 10 days. Then we realized. We went to every military and police unit in Rio and Sao Paulo, but they all told us he was not there."

For nine months, Mrs. Roman has pestered anyone who might help her find her husband, father of two sons, age 23 and 13. Congressmen have probed. Lawyers have requested habeas corpus writs, but they were denied.

### Prelate Intercedes

In August, Cardinal Paulo Evaristo Arns, archbishop of Sao Paulo, went with Mrs. Roman and 13 other relatives of missing people to petition President Ernesto Geisel in Brasilia.

They spoke to Geisel's chief of civilian household, Gen. Jolbery de Couto e Silva, who promised a full investigation and a speedy reply. The families are still waiting. The promised replies never came.

Lidia Roman cries a little, and, embarrassed, apologizes. "It's a particularly bad day today," she says. "It's our 24th wedding anniversary."

At least 21 Brazilians have disappeared since September 1973. Several were members of left-wing political parties or student groups.

Despite repeated approaches, the Brazilian government denies all knowledge of the whereabouts of the missing men and women. But in well-informed legal, church, political and diplomatic circles, there is no doubt that they were victims of political kidnapings by units of Brazil's security forces.

It is also believed that at least some of them are no longer alive.

For months, the Sao Paulo chapter of the Brazilian Churches Commission of Justice and Peace, has been meeting with government leaders to discuss the missing people.

### Get Death Threats

Several members of the commission have received letters containing death threats signed by a new right-wing group which calls itself the Brazilian Anti-Communist Association.

This association had previously sent threatening letters to nine Brazilian lawyers known for their defense of persons accused of subversion.

When Jose Roman disappeared he was traveling in his Volkswagen. With him was Daid Capistrano de Costa, 60, a former state deputy from the northeastern state of Pernambuco, a man who was a hero of the French underground during the second world war.

Capistrano de Costa also disappeared. His wife took part in the recent vigil.

In February of 1974, Rio de Janeiro exploded in the annual orgie of Carnival. Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira, 26, and Eduardo Collier Filho, 25, left their homes in bermuda shorts and sandals to meet in the street, drink a few beers and join in the revelry.

They, too, never came home.

The list of missing also includes Paulo Stewart Wright, son of an American father with Brazilian and U.S. citizenship. Wright is a former federal deputy for the state of Parana. He was last seen in the first week of September 1973.

The Brazilian Military Superior Court has granted two applications for habeas corpus, but security authorities deny that Wright is being held.

2555

São Paulo, 30 de Maio de 1.971

Ilmo.Sr.  
Otavio Frias Oliveira  
Folha da Manhã S/A  
Al. Barão de Limeira 425

Presado Senhor:

Junto a esta segue cópia da carta enviada a Câmara dos Deputados Federais.

Dirijo-me a V.Sa., no sentido de que a mesma seja publicada neste órgão de divulgação, para que o fato se torne conhecido publicamente.

Esperando contar com sua compreensão e colaboração, Sirmo-me.

Respeitosamente,

---

LIDIA ROMAN

São Paulo, 30 de maio de 1.974

Senhores Deputados:

Sou Lidia Roman, Brasileira, residente na cidade de São Paulo, casada com José Roman, também cidadão Brasileiro e Pai de Família.

Tomo a liberdade de informar a Vossas Excelências, que meu esposo foi preso presumivelmente no dia 20 de março último no Estado do Rio Grande do Sul, e desde então não soubemos mais sobre sua pessoa.

No desespero em que nos encontramos, eu e minha família, nos dirigi-mos ao partido da oposição, suplicando aos senhores parlamentares para que nos ajudem no sentido de que meu esposo seja localizado e poupado desta incomunicabilidade para que possamos saber seu estado de saúde.

Não peço aos senhores Deputados que ele seja subtraído ao julgamento, muito embora não se conheçam motivos para sua prisão-e tortura.

Se porventura torna-se necessário tal procedimento, - que ele ocorra com um mínimo de respeito a integridade física e mental de meu marido, tudo de acordo com as leis do país e dispositivos formais existentes não só no Brasil bem como proclamado atos internacionais de proteção aos direitos da pessoa humana dos quais nosso país é signatário.

Dante das informações recebidas e outras colhidas - junto a alta hierarquia da Igreja Católica, temos razões mais que suficientes para dizer que estas condições mínima não estão sendo atendidas dai a razão de nosso apelo a todos aqueles que tem procurado evitar o desrespeito sistemático aos direitos Humanos, e tem se mostrado sensíveis ao injusto despropositado tratamento de homens dos quais pode-se divergir, embora conhecendo sua permanente preocupação em favor da dignidade dos seus semelhantes.

Confiamos que Vossa Excelência e seus companheiros - tomarão as medidas necessárias para que a vida de meu marido seja resguardada.

Atenciosamente, mui grata.

---

LIDIA ROMAN

## RECIBO

Recebi no dia 09/03/96, do Senhor (a)  
Lidia Pratavive Roman, pedido de indenização e outros  
documentos referente a Lei nº 9.140 de 04.12.95.  
Nome do Desaparecidos/Mortos (a) José Roman

*Cristiano Morini*

**CRISTIANO MORINI**  
Assessor da Comissão Especial  
Desaparecidos Políticos  
Lei nº 9.140/95

# **José Roman**

**Nascido em 4/10/1924, em São Paulo  
Desaparecido em 18/03/1974**

### **Requerimento:**

- requerimento de Lídia Pratavieira Roman
- CIC e RG de Lídia Pratavieira Roman
- certidão de casamento
- certidão de óbito de José Roman
- alvará da 5a.- Vara de Família e das Sucessões

## **Circunstâncias da morte**

- xerox de recorte do jornal Diário de São Paulo de 4/1/79
- xerox de recorte do jornal O Estado de São Paulo de 7/9/90

### José Roman

Era filho de espanhóis. Nasceu em São Paulo, no dia 04/10/24. Sempre foi operário. Participou das lutas operárias desde 1950, inclusive com a participação de sua esposa, D.Lídia Roman. Ele era metalúrgico e participava do Sindicato. Foi justamente nessa época que ele se casou com D.Lídia e tiveram dois filhos.

Em 1952, se desligou da produção e começou a trabalhar para o Partido. A partir desta ocasião, o casal passou a morar em casa onde eram desenvolvidas atividades do Partido.

Em 1954 foram morar no Rio . Nessa época ele se tornou motorista do Partido. Mesmo assim ele também trabalhava no comércio de frios.

Em 1966 voltaram para São Paulo onde trabalharam para o Partido até o seu desaparecimento em 1974. Ele continuou sendo motorista do Partido e quando desapareceu., ele estava indo buscar um dirigente do Partido, David Capistrano.

### O Desaparecimento

Ele saiu de casa no dia 12/03/74 com a promessa de voltar em breve até o dia 19 daquele mesmo mês. Falou que ia para o Rio Grande do Sul para buscar um companheiro na fronteira. No dia 19 de março daquele ano , D.Lídia recebeu um telegram dizendo que tudo havia corrido bem e que ele já estava de regresso. Mas chegou dia 20, 21 de março e nada de ele aparecer. No dia 21 de março, meu filho , José Luis, recebeu um telefonema , na imobiliária onde ele trabalhava, avisando-o de que seu pai estava preso e que a família deveria providenciar imediatamente um advogado.

### A Busca

D.Lídia procurou uma enfermeira no Hospital Zona Sul de nome Eneida e ela lhe indicou o advogado: Dr. Aldo Lins e Silva. À época ele impetrhou um habeas corpus que foi negado.

Ela foi até a Delegacia de Polícia, no Itaim Bibi, à Rua Clodomiro Amazonas fazer queixa do desaparecimento de José Roman. O delegado registrou a ocorrência do desaparecimento sem fazer nenhum comentário.

Foi ao DOPS/SP, DEIC e OBAN e em todos estes lugares recebeu resposta negativa: Aqui não se encontra..

D.Lídia voltou ao advogado e ele comentou com ela que José Roman só poderia estar morto. Ela ficou assustada e nervosa. Procurou um amigo médico que lhe apresentou a um tenente coronel, Salvador Daquino, da Polícia

Militar que depois de longa espera, a recebeu no 1º Quartel da PM à Av. Tiradentes. Ele disse que nada sabia sobre o caso e não lhe deu nenhuma informação.

Passados alguns dias, ela foi à Cúria Metropolitana onde foi recebida por D.Paulo Evaristo Arns, juntamente com outras famílias de desaparecidos. Todos foram bem recebidos e encaminhados para advogados mas não conseguiram nenhum resultado positivo neste trabalho.

D.Paulo arrumou um entrevista com o Presidente Geisel no final de 74. Os familiares foram recebidos pelo Ministro Golbery do Couto e Silva. Ele prometeu dar uma resposta pela imprensa. A esposa de Fernando Santa Cruz também desaparecido perguntou o que ela diria a seu filho quando este lhe perguntassem sobre seu pai. O Ministro disse simplesmente: "Diga o que você quiser." Na reportagem saiu a resposta do governo dizendo que "não se encontra nenhum registro" em relação à José Roman.

Durante esse tempo, a família não tinha mais nenhum dinheiro. Quando José Roman saiu de casa deixou o dinheiro do aluguel e algum mais para pagar as despesas. Logo o dinheiro acabou e a família passou a viver com ajuda dos amigos e até mesmo de outros familiares de desaparecidos políticos.

Mesmo passando dificuldades, D.Lídia foi à Marinha, no Rio de Janeiro, levada por um advogado, Dr.Jansen Machado. Lá também obteve a resposta negativa.

Da casa onde morava, teve que sair porque não tinha como pagar aluguel. Foi morar na casa de parentes. Ao procurar emprego, D. Lídia conseguiu ser enfermeira num clube de esportes onde trabalha até hoje. São 22 anos que ela está no clube e tem 68 anos de idade. D.Lídia conta com tristeza toda a luta que teve travar para encontrar o paradeiro de seu esposo sem nenhum resultado. Ela se lembra que para trabalhar deixava seu filho mais novo sozinho dentro de casa e ela sofria muito por isso. Ele ficava sozinho dentro de casa de dia ou de noite conforme sua escala de trabalho.

D.Lídia disse que nunca quis se casar de novo porque sempre teve a esperança de reencontrar o marido.

#### A Notícia da Morte

De acordo o depoimento do ex-sargento , Marival Dias Chaves do Canto, Revista Veja, de 18/11/92, à página 26, "também morreram em Petrópolis, David Capistrano e José Roman, ambos do PCB. O major Brand chefiava a equipe que os prendeu. Capistrano foi levado par ao Rio. Ambos foram mortos em Petrópolis, onde a prática de ocultação dos corpos era através do esquartelamento".

### José Roman

Era filho de espanhóis. Nasceu em São Paulo, no dia 04/10/24. Sempre foi operário. Participou das lutas operárias desde 1950, inclusive com a participação de sua esposa, D. Lídia Roman. Ele era metalúrgico e participava do Sindicato. Foi justamente nessa época que ele se casou com D. Lídia e tiveram dois filhos.

Em 1952, se desligou da produção e começou a trabalhar para o Partido. A partir desta ocasião, o casal passou a morar em casa onde eram desenvolvidas atividades do Partido.

Em 1954 foram morar no Rio. Nessa época ele se tornou motorista do Partido. Mesmo assim ele também trabalhava no comércio de frios.

Em 1966 voltaram para São Paulo onde trabalharam para o Partido até o seu desaparecimento em 1974. Ele continuou sendo motorista do Partido e quando "desapareceu", ele estava indo buscar um dirigente do Partido, David Capistrano.

### O Desaparecimento

Ele saiu de casa no dia 12/03/74 com a promessa de voltar em breve até o dia 19 daquele mesmo mês. Falou que ia para o Rio Grande do Sul para buscar um companheiro na fronteira. No dia 19 de março daquele ano, D. Lídia recebeu um telegrama dizendo que tudo havia corrido bem e que ele já estava de regresso. Mas chegou dia 20, 21 de março e nada de ele aparecer. No dia 21 de março, meu filho, José Luís, recebeu um telefonema, na imobiliária onde ele trabalhava, avisando-o de que seu pai estava preso e que a família deveria providenciar imediatamente um advogado.

### A Busca

D. Lídia procurou uma enfermeira no Hospital Zona Sul de nome Eneida e ela lhe indicou o advogado: Dr. Aldo Lins e Silva. À época ele impetrou um habeas corpus que foi negado.

Ela foi até a Delegacia de Polícia, no Itaim Bibi, à Rua Clodomiro Amazonas fazer queixa do desaparecimento de José Roman. O delegado registrou a ocorrência do desaparecimento sem fazer nenhum comentário.

Foi ao DOPS/SP, DEIC e OBAN e em todos estes lugares recebeu resposta negativa: "Aqui não se encontra".

D. Lídia voltou ao advogado e ele comentou com ela que José Roman só poderia estar morto. Ela ficou assustada e nervosa. Procurou um amigo médico que lhe apresentou a um tenente coronel, Salvador Daquino, da Polícia

Militar que depois de longa espera, a recebeu no 1o. Quartel da PM à Av. Tiradentes. Ele disse que nada sabia sobre o caso e não lhe deu nenhuma informação.

Passados alguns dias, ela foi à Cúria Metropolitana onde foi recebida por D. Paulo Evaristo Arns, juntamente com outras famílias de desaparecidos. Todos foram bem recebidos e encaminhados para advogados mas não conseguiram nenhum resultado positivo neste trabalho.

D. Paulo arrumou um entrevista com o Presidente Geisel no final de 74. Os familiares foram recebidos pelo Ministro Golbery do Couto e Silva. Ele prometeu dar uma resposta pela imprensa. A esposa de Fernando Santa Cruz também desaparecido perguntou o que ela diria a seu filho quando este lhe perguntasse sobre seu pai. O Ministro disse simplesmente: "Diga o que você quiser." Na reportagem saiu a resposta do governo dizendo que "não se encontra nenhum registro" em relação à José Roman.

Durante esse tempo, a família não tinha mais nenhum dinheiro. Quando José Roman saiu de casa deixou o dinheiro do aluguel e algum mais para pagar as despesas. Logo o dinheiro acabou e a família passou a viver com ajuda dos amigos e até mesmo de outros familiares de desaparecidos políticos.

Mesmo passando dificuldades, D. Lídia foi à Marinha, no Rio de Janeiro, levada por um advogado, Dr. Jansen Machado. Lá também obteve a resposta negativa.

Da casa onde morava, teve que sair porque não tinha como pagar aluguel. Foi morar na casa de parentes. Ao procurar emprego, D. Lídia conseguiu ser enfermeira num clube de esportes onde trabalha até hoje. São 22 anos que ela está no clube e tem 68 anos de idade. D. Lídia conta com tristeza toda a luta que teve travar para encontrar o paradeiro de seu esposo sem nenhum resultado. Ela se lembra que para trabalhar deixava seu filho mais novo sozinho dentro de casa e ela sofria muito por isso. Ele ficava sozinho dentro de casa de dia ou de noite conforme sua escala de trabalho.

D. Lídia disse que nunca quis se casar de novo porque sempre teve a esperança de reencontrar o marido.

#### A Notícia da Morte

De acordo o depoimento do ex-sargento, Marival Dias Chaves do Canto, Revista Veja, de 18/11/92, à página 26, "também morreram em Petrópolis, David Capistrano e José Roman, ambos do PCB. O major Brand chefiava a equipe que os prendeu. Capistrano foi levado par ao Rio. Ambos foram mortos em Petrópolis, onde a prática de ocultação dos corpos era através do esquejamento".

## **José Roman**

**Nascido em 4/10/1924, em São Paulo**  
**Desaparecido em 18/03/1974**

**Requerimento:**

- requerimento de Lídia Pratavieira Roman
- CIC e RG de Lídia Pratavieira Roman
- certidão de casamento
- certidão de óbito de José Roman
- alvará da 5a. Vara de Família e das Sucessões

A-

COMISSÃO ESPECIAL DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

SR: PRESIDENTE

DR: MIGUEL REALE JUNIOR

Serviço Público Federal

COMISSÃO ESPECIAL

Lei nº 9140/95 DESAPARECIDOS POLÍTICOS

PROTOCOLO DE RECEBIMENTO

Em 04/03/96

Servidor

Identidade fn.

Eu, Lidia Pratavieira Roman portadora do  
R.G.: nº 8.575.173 S.P., C.P.F. Nº 006.876.028-07 , Enfermeira ,  
Casada, Residindo a Rua Solidonio Leite 2718 Bloco 02 apto 122 ;  
Eposa do SR: JOSE ROMAN , Constando da Lista da Lei, venho junto  
a este orgão requerer os Benefícios constante da LEI Nº 9140 de  
05/12/95, que são a Localização dos retos mortais e indenização.

CARTÓRIO DO  
BELLINZONHA

LIDIA PRATAVIEIRA ROMAN

SÃO PAULO, 29 de JANEIRO de 1996.

Cartório do Bellinzinho-LOSSub-SP UBIRATAN SEVILHA-OFFICIAL  
Av. Celso Garcia, 963 S.PAULO CEP 03015-000 TEL: 608-4788  
Reconheço, por semelhança, a firma da LIDIA PRATAVIEIRA  
ROMAN, a qual confere com o padrão depositado em cartório.  
São Paulo, 29 de Janeiro de 1996.  
Em testemunha de Verdade.

Rec. Firma R\$ 0,76/P. Dada de 0,00/Total R\$ 0,76



0154 326 847  
Talão N. 25

Página N. 129

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Comarca de S. Carlos

Estado de São Paulo



### Certidão de Casamento

José Maria Alves da Silva e Leonor dos Reis

do Registro Civil das Pessoas Naturais, do Distrito de São Carlos, do município e Comarca de igual nome, Estado de São Paulo, Brasil.

CERTIFICA que a Fls. 71 R<sup>o</sup> do livro N° 57 de assentamentos de casamentos, sob N° 121, foi em 22 de dezembro de 1970, registrado o casamento de José Maria Alves da Silva e Leonor dos Reis, com

contraído perante o M. Juiz de Casamentos: José Maria Alves da Silva e as testemunhas

Ele, natural da cidade de São Paulo, com 26 anos de idade, nascido a 10 de outubro de 1944, residente e domiciliado na avenida Presidente Vargas, nº 100, bairro da Capital, de profissão de professor, sendo seu estado civil solteiro; residente e domiciliado na avenida Presidente Vargas, nº 100, bairro da Capital, de profissão de professor, filha de José Maria Alves da Silva e Leonor dos Reis, ambos falecidos.

Ela, natural da cidade de São Paulo, com 23 anos de idade, nascida a 10 de outubro de 1957, residente e domiciliada na avenida Presidente Vargas, nº 100, bairro da Capital, de profissão de professora, sendo seu estado civil solteira; residente e domiciliada na avenida Presidente Vargas, nº 100, bairro da Capital, de profissão de professora, filha de José Maria Alves da Silva e Leonor dos Reis, ambos falecidos.

D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

A contraente, em virtude de seu casamento, passou a adotar o nome seguinte:

Sylvia Leonor Alves da Silva

Apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 180, sob os números:

1.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

Observações: Cálculos feitos e checados.

LASSERLE

1.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

2.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

3.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

4.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

5.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

6.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

7.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

8.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

9.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

10.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

11.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

12.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

13.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

14.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

15.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

16.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

17.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

18.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

19.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

20.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

21.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

22.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

23.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

24.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

25.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

26.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

27.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

28.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

29.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

30.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

31.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

32.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

33.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

34.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

35.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

36.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

37.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

38.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

39.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

40.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

41.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

42.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

43.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

44.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

45.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

46.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

47.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

48.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

49.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

50.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

51.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

52.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

53.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

54.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

55.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

56.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

57.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

58.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

59.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

60.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

61.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

62.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

63.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

64.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

65.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

66.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

67.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

68.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

69.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

70.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

71.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

72.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

73.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

74.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

75.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

76.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

77.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

78.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

79.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

80.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

81.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

82.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

83.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

84.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

85.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

86.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

87.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

88.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

89.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

90.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

91.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

92.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

93.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

94.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

95.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

96.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

97.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

98.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

99.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

100.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

101.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

102.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

103.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

104.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

105.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

106.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

107.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

108.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

109.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

110.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

111.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

112.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

113.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

114.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

115.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

116.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

117.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

118.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

119.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

120.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

121.º. D. R. e S. - Cr. O. Oficial.

1. DIRECTOR DOCS ESTADOS UNIDOS DE MEXICO

for me to do

**★15º CARTÓRIO DE NOTAS**

Rua da Glória, 98 - Tel: 35-9184 - PBX

DOMINGOS DI NARDO - Tablado  
ARBLINDO FUIM - Of. Maior

Recopilação por semelhança a firma

CASSIO DURVAL

São Paulo, 24 de JULHO de 1988

Em testemunha \_\_\_\_\_ da verdade

VALTER BARATTI

MIGUEL PERES JR. } - Escrit. Adv.

Valor Recebido por firma Cr\$ 20,45

TAXAS PAGAS POR VERBA



## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS - PRIMEIRO SUBDISTRITO SÉ

SÃO PAULO - COMARCA DA CAPITAL - BRASIL

C.G.C. 68.968.916/0001-73  
Av. Rangel Pestana, 271  
1º Andar - Sé - CEP 01017-000  
Fones: 605-6401 - 232-2515

Dra. Geny de Jesus Mamede Morelli  
Oficial

### CERTIDAO DE ÓBITO

Livro---C-15-----Folhas-----278-----Termo N°----966-----

CERTIFICO que, em 13-de-fevereiro--de-1996, foi feito o registro do óbito de JOSE ROMAN-----

Sexo--masculino-----profissão---autônomo-----

Natural de Jau - neste Estado-----estado civil-----casado-----

Nascido aos quatro de outubro de mil novecentos e vinte e seis-----

Filho de--MANOEL ROMAN e dona TRENIDA GONZALEZ-----

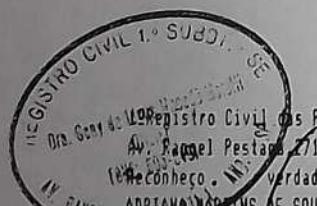
Declarante--LIDIA FRATAVIEIRA ROMAN, grau de parentesco (Esposa)-----

**OBSERVAÇÕES:** Registro de Óbito lavrado nos termos do Artigo 39 da Lei 9140, de 04 de dezembro de 1995 e conforme decisão do MMº Juiz Corregedor Geral da Justiça, Dr. Marcio Martins Bonilha, datado de 29 de janeiro de 1996. JOSE ROMAN, desaparecido desde 1974, não deixou testamento conhecido, nem bens, deixou 2 filhos de nomes JOSE LUIZ ROMAN, 44 anos de idade e MAURICIO ROMAN, 34 anos de idade, não deixou herdeiros menores ou interditados. Era eleitor, reservista, contribuinte do INSS. Demais dados ignorados pelo declarante. **NADA**

**MAIS.** Todo o referido é verdade e dou fé.-----

Digitado por: Cibeli

Certidão: R\$ 8,65



São Paulo, 14-de--fevereiro-de 1996.

ADRIANA MARTINS DE SOUZA  
ESCREVENTE SUBSTITUTA DESIGNADA

Eowlumentos: R\$ 0,76

DRA. GENY DE JESUS MAMEDE MORELLI  
OFICIAL



PODER JUDICIÁRIO

SÃO PAULO

QUINTO OFÍCIO DA FAMÍLIA

E S

JUÍZO DE DIREITO DA QUINTA VARA DA FAMÍLIA  
E DAS SUCESSÕES - QUINTO OFÍCIO DA FAMÍLIA  
ESCRIVÃ: BELA. WILMA GOZZO EGYDIO

\* ALVARÁ \*

Eu, o DR. FRANCISCO DE PAULA SENA REBOUÇAS, Juiz de Direito  
da Quinta Vara da Família e das Sucessões, desta Comarca da  
Capital do Estado de São Paulo, etc.-----

Atendendo ao que me foi requerido e conforme sentença proferida às fls. 56, dos autos de DECLARAÇÃO - DE AUSÊNCIA de JOSE ROMAN, requerida por LIDIA PRATAVIEIRA ROMAN, que se processam perante este Juízo e Quinto Ofício da Família e das Sucessões, AUTORIZO LIDIA PRATAVIEIRA ROMAN, brasileira, casada, RG.8.575.173, CPF.nº006.876.028/07, nomeada curadora do ausente, conforme compromisso prestado perante este Juízo em data de 29 de novembro de 1983, às fls.36 do Livro nº 8 de Tutelas e Curatelas, a RECEBER junto ao INAMPS - ou IAPAS, os direitos previdenciários existentes em nome de JOSE ROMAN RG.1.210.856.- CUMPRA-SE no prazo de cento e oitenta (180) dias. DADO e passado nesta cidade de São Paulo, aos dois (02) de dezembro de mil novecentos e oitenta e três (1983). Eu \_\_\_\_\_ (Aparecida Pereira), escrevente, datilografei. E Eu, \_\_\_\_\_ (Bela.Wilma Gozzo Egydio, matrícula nº 31.202), encarregada diretora, subscrevi.

FRANCISCO DE PAULA SENA REBOUÇAS  
JUIZ DE DIREITO

AO ESTADO R\$200,00

56

5ª VARA DA FAMÍLIA E DAS SUCESSÕES  
PROCESSO N° 260/81

Vistos, etc.

1. Trata-se de requerimento de Lidia Pratavieira Roman para a declaração da ausência de seu marido José Roman, que desapareceu em março de 1974. Trouxe documentos (fs.2/12).

Concedida a gratuidade (fs.46), publicaram-se editais para o chamamento de terceiros interessados (f.47/50).

Assim sendo, nos termos dos arts.1159 e 1160, do Cód. de Processo Civil, declaro a ausência de José Roman, e nomeio curadora a requerente, sob compromisso, expedindo-se certidão ou alvará que habilite a curadora a receber do INAMPS ou do IAPAS os direitos previdenciários que porventura tenha a pleitear.

2. A partir daqui o processo precisa ser posto em ordem, uma vez que está tumultuado.

Publiquem-se editais durante um ano, reproduzidos de dois em dois meses (CPC, 1161), anunciando a arrecadação e chamando o ausente a entrar na posse de seus bens (ainda que, no momento, só existam os direitos previdenciários acima referidos - fs.15).

Passado 1 ano do primeiro edital, a requerente pedirá a sucessão provisória (CPC, 1163), inclusive para a habilitação dos herdeiros (CPC, 1164 §único) e partilha dos bens, se existirem.

Expeça-se a certidão ou o alvará. Em seguida publique-se gratuitamente os editais.

P.R.I.

São Paulo, 31 de outubro de 1983.

*H. Smally*

FRANCISCO DE PAULA SENNA REBOUÇAS  
Juiz de Direito

CERTIDÃO

Certifico o dia 01 de novembro de 1983, terceira cópia do depoimento  
autos nº 04.11.83, recebidos os presentes  
no dia 01/11/1983  
Enviado para o Juiz de Direito  
Fazendo subscricção  
*[Assinatura]*

### **Circunstâncias da morte**

- xerox de recorte do jornal Diário de São Paulo de 4/1/79
- xerox de recorte do jornal O Estado de São Paulo de 7/9/90

### **José Roman**

Era filho de espanhóis. Nasceu em São Paulo, no dia 04/10/24. Sempre foi operário. Participou das lutas operárias desde 1950, inclusive com a participação de sua esposa, D.Lídia Roman. Ele era metalúrgico e participava do Sindicato. Foi justamente nessa época que ele se casou com D.Lídia e tiveram dois filhos.

Em 1952, se desligou da produção e começou a trabalhar para o Partido. A partir desta ocasião, o casal passou a morar em casa onde eram desenvolvidas atividades do Partido.

Em 1954 foram morar no Rio . Nessa época ele se tornou motorista do Partido. Mesmo assim ele também trabalhava no comércio de frios.

Em 1966 voltaram para São Paulo onde trabalharam para o Partido até o seu desaparecimento em 1974. Ele continuou sendo motorista do Partido e quando "desapareceu", ele estava indo buscar um dirigente do Partido, David Capistrano.

### **O Desaparecimento**

Ele saiu de casa no dia 12/03/74 com a promessa de voltar em breve até o dia 19 daquele mesmo mês. Falou que ia para o Rio Grande do Sul para buscar um companheiro na fronteira. No dia 19 de março daquele ano , D.Lídia recebeu um telegram dizendo que tudo havia corrido bem e que ele já estava de regresso. Mas chegou dia 20, 21 de março e nada de ele aparecer. No dia 21 de março, meu filho , José Luís, recebeu um telefonema , na imobiliária onde ele trabalhava, avisando-o de que seu pai estava preso e que a família deveria providenciar imediatamente um advogado.

### **A Busca**

D.Lídia procurou uma enfermeira no Hospital Zona Sul de nome Eneida e ela lhe indicou o advogado: Dr. Aldo Lins e Silva. À época ele impetrhou um habeas corpus que foi negado.

Ela foi até a Delegacia de Polícia, no Itaim Bibi, à Rua Clodomiro Amazonas fazer queixa do desaparecimento de José Roman. O delegado registrou a ocorrência do desaparecimento sem fazer nenhum comentário.

Foi ao DOPS/SP, DEIC e OBAN e em todos estes lugares recebeu resposta negativa: "Aqui não se encontra".

D.Lídia voltou ao advogado e ele comentou com ela que José Roman só poderia estar morto. Ela ficou assustada e nervosa. Procurou um amigo médico que lhe apresentou a um tenente coronel, Salvador Daquino, da Polícia

Militar que depois de longa espera, a recebeu no 1o. Quartel da PM à Av. Tiradentes. Ele disse que nada sabia sobre o caso e não lhe deu nenhuma informação.

Passados alguns dias, ela foi à Cúria Metropolitana onde foi recebida por D.Paulo Evaristo Arns, juntamente com outras famílias de desaparecidos. Todos foram bem recebidos e encaminhados para advogados mas não conseguiram nenhum resultado positivo neste trabalho.

D.Paulo arrumou um entrevista com o Presidente Geisel no final de 74. Os familiares foram recebidos pelo Ministro Golbery do Couto e Silva. Ele prometeu dar uma resposta pela imprensa. A esposa de Fernando Santa Cruz também desaparecido perguntou o que ela diria a seu filho quando este lhe perguntasse sobre seu pai. O Ministro disse simplesmente: "Diga o que você quiser." Na reportagem saiu a resposta do governo dizendo que "não se encontra nenhum registro" em relação à José Roman.

Durante esse tempo, a família não tinha mais nenhum dinheiro. Quando José Roman saiu de casa deixou o dinheiro do aluguel e algum mais para pagar as despesas. Logo o dinheiro acabou e a família passou a viver com ajuda dos amigos e até mesmo de outros familiares de desaparecidos políticos. Mesmo passando dificuldades, D.Lídia foi à Marinha, no Rio de Janeiro, levada por um advogado, Dr.Jansen Machado. Lá também obteve a resposta negativa.

Da casa onde morava, teve que sair porque não tinha como pagar aluguel. Foi morar na casa de parentes. Ao procurar emprego, D. Lídia conseguiu ser enfermeira num clube de esportes onde trabalha até hoje. São 22 anos que ela está no clube e tem 68 anos de idade. D.Lídia conta com tristeza toda a luta que teve de travar para encontrar o paradeiro de seu esposo sem nenhum resultado. Ela se lembra que para trabalhar deixava seu filho mais novo sozinho dentro de casa e ela sofria muito por isso. Ele ficava sozinho dentro de casa de dia ou de noite conforme sua escala de trabalho. D.Lídia disse que nunca quis se casar de novo porque sempre teve a esperança de reencontrar o marido.

#### A Notícia da Morte

De acordo o depoimento do ex-sargento , Marival Dias Chaves do Canto, Revista Veja, de 18/11/92, à página 26, "também morreram em Petrópolis, David Capistrano e José Roman, ambos do PCB. O major Brand chefiava a equipe que os prendeu. Capistrano foi levado par ao Rio. Ambos foram mortos em Petrópolis, onde a prática de ocultação dos corpos era através do esquartejamento".

David Capistrano e José Roman desapareceram em

## OS PROCURADORES

Em dolorosos depoimentos, seus familiares dizem quem foram esses homens, falam das suas prisões, dos sustos, das ameaças e do enor

# As famílias não

Textos de Tatian

## O despertar da consciência

Cearense de Jacampari, David Capistrano é sempre uma das personalidades mais atuantes e discutidas da vida política brasileira. Mesmo agora, passados quase cinco anos de seu desaparecimento, quando partiu da cidade de Uruguaiana (RS), com destino a São Paulo, em companhia de José Roman, desaparecido em iguais circunstâncias, David continua nos noticiários.

O desenvolvimento de suas atividades políticas e sua não tão misteriosa ausência são narrados neste depoimento, feito por sua mulher, Maria Augusta Capistrano. Entre outras coisas, Maria Augusta conta como é marcada a vida de uma família, que tem um parente dado como «desaparecido». Ela explica também a importância da luta que vem sendo levada adiante, por centenas de familiares, em busca do paradeiro de outros tantos cidadãos brasileiros.

Aos 17 anos David viajou para o Rio, para tentar a vida, e acabou ingressando na Aeronáutica. Era cabo e antes de ser promovido a sargento participou do levante de 1935, seno por isso preso. Ao sair da prisão, inscreveu-se, como tantos outros na época, nas Brigadas Internacionais Espanholas e participou da defesa daquela república. Então foi detido pelos franceses, permanecendo nessa situação desde o final da Revolução Espanhola, até o nascimento da Resistência Francesa, movimento do qual também participou. Apanhado mais uma vez, ele permaneceu em campos de concentração da Alemanha, e conseguiu a liberdade em razão das conversações entre o governo brasileiro e as Forças Aliadas.

Maria Augusta prossegue o relato sobre a vida de David Capistrano, relembrando que enquanto a maioria dos brasileiros, presos na Alemanha, retornava ao Brasil, seu marido se dirigia a França, onde continuou na condição de exilado, porque tinha aqui um processo contra ele.

«Saindo da França, David viveu na Argentina e entrou no Brasil, três meses antes de ser concedida a anistia, por Getúlio, em 46. Mais uma vez foi detido. Entretanto com a anistia, teve restituída a liberdade e voltou para Pernambuco, onde se elegeu deputado estadual pelo Partido Comunista, e desenvolveu as atividades de jornalista, na «Folha do Povo». O seu mandato como parlamentar não durou muito, pois em 1947, o registro do PC foi cassado pelo Governo. Durante algum tempo, David ficou impedido de agir politicamente, ao menos de modo formal».

Não obstante, prossegue Maria Augusta, David Capistrano voltou a influir na movimenta-

Lídia Roman e seu filho Maurício, ainda hoje, passados quase cinco anos do desaparecimento de José Roman, não têm direito a receber aposentadoria pelo INPS. Esta é também uma das muitas consequências determinadas pela ausência de pessoas envolvidas ou não, em qualquer movimento de oposição ao regime político brasileiro, pós-1964.

Embora muitas vezes Lídia faça referência ao marido, como se estivesse efetivamente morto, ela confessa, como a maioria dos brasileiros que não sabem onde estão seus maridos, mulheres e filhos, a esperança de reencontrá-lo, ou ao menos, de ter a certeza de que José Roman não tem mais a possibilidade de estar vivo. Nesta entrevista, ela conta como se deu o desaparecimento de Roman, a revolta de seu filho de 17 anos, que ainda agora não aceita o fato, e a perda da «inocência», como ela própria afirma, em face da vivência de certos aspectos da realidade brasileira, que ela nunca pensou existirem.

### SEM REGISTRO

Para poder receber a aposentadoria de Roman, Lídia teria de apresentar ao INPS, um atestado de óbito. No entanto, ela não possui esse documento porque, como afirmou em nota oficial, o ministro da Justiça, Armando Falcão, em fevereiro de 1975, não existe qualquer registro sobre ele. A essa posição do governo, Lídia retruca:

«É lógico que não poderia haver. Roman nunca teve ficha na polícia, nem qualquer envolvimento político. Era um homem que gostava de ler, e se interessava



José Roman



David Capistrano

dos a Roman, passaram a saber da existência de órgãos de segurança como o DOPS, OBAN, e tantos outros. Como não obtivesse qualquer notícia sobre ele, foram à Cúria Metropolitana de São Paulo, onde tomaram conhecimento de que centenas de outras famílias, passavam pelos mesmos problemas. Isso aconteceu ainda em 1974, ano em que a Cúria promoveu uma noite de vigília, durante o Natal, e em seguida forneceu dinheiro e alimentação às famílias que procuravam seus parentes. Lídia relembra agradecida:

«Aquela ajuda foi muito boa, porque não tinha dinheiro para comer ou pagar o aluguel. Quem

Nesse comparado, «Se me Cristo tivesse feito a mesma fome, eu teria comido».

Lídia eu parecemos pelo direito de ter o marido também que consideiro.

«A única vez que usei o telefone fui para ligar para o meu marido. Aquele dia, o governo

Durante algum tempo, David ficou impedido de agir politicamente, ao menos de modo formal.

Não obstante, prossegue Maria Augusta, David Capistrano voltou a influir na movimentação política de Pernambuco quando, em 1955, no governo de Juscelino Kubitschek, quando esta classe deixou de ser tão discriminada. Nesta ocasião, ele começou a trabalhar no jornal «A Hora». Ainda naquele Estado, trabalhou para a eleição de Miguel Arraes, e em 1964, teve seus direitos políticos cassados.

Ainda permaneceu no Brasil até 1971, ocasião em que se exilou na Tchecoslováquia onde mantiña correspondência com a família.

Noquele país, David permaneceu até 74, ano em que começou o drama da família Capistrano, que já sabia da sua volta, através de cartas.

#### ENTRADA ILEGAL

«David entrou ilegalmente no Brasil, explica sua mulher, pelo Rio Grande do Sul, onde se hospedou na casa de Samuel Dib, na cidade de Uruguaiana. Um outro amigo, José Roman, saiu daí de São Paulo com destino àquela cidade, para ir buscá-lo. Chegando a Uruguaiana, Roman telegrafou para casa dizendo que estava tudo bem, e fez o mesmo, antes de voltar a São Paulo com David. Nesse último telegrama, Roman avisava também à sua esposa, que se não chegasse no tempo previsto, ela deveria procurar os amigos e a nossa família dando o alarme, porque algo teria acontecido.»

Verdade, David Capistrano e José Roman saíram de Uruguaiana no dia 16 de março de 1974, num Volkswagen verde, de Chapa DE-6852. Passados quase cinco anos, deles não se teve mais notícia. O mesmo aconteceu com o carro. A família acredita que os dois foram interceptados pela Polícia Federal, e tem certeza de que foram presos pelos órgãos de Segurança.

Segundo as orientações do marido, a esposa de José Roman entrou em contato com uma das filhas de Capistrano. Relembra, Dona Maria Augusta prossegue o relato, comedida:

«Nesse dia, minha filha chegou em casa aos prantos. Ela tinha recebido a notícia no trabalho. Mesmo tendo certeza de que meu marido fora preso pelos órgãos de Segurança manteve a calma, pois acreditava ser mais uma das frequentes perseguições a que esteve sujeito. Eu sabia que David tinha entrado ilegalmente no país. Ele abandonara a Tchecoslováquia, passara pela Rússia e Argentina, entrando no Brasil pela fronteira.»

#### No DOPS paulista

Por todos esses fatos, Maria Augusta Capistrano discorda do ministro da Justiça, Armando Cão, que afirmou estar David na Tchecoslováquia, mesmo depois de ter recebido os familiares do que se convencionou chamar de «desaparecidos», que juntamente com Dom Paulo Evaristo Arns, e o presidente da Comissão Justiça e Paz do Rio de Janeiro, Cândido Mendes, estiveram em Brasília, em 1974, conversando pessoalmente com Golbery do Couto e Silva, a quem apresentaram um dossier de cada uma das «vítimas». Maria Augusta Capistrano afirma que houve mesmo quem tivesse visto David, no DOPS de São Paulo. Ela historiou também como teve início a ação coletiva dessas famílias, que não sabiam mais onde procurar seus parentes, e não tinham notícias de seu paradeiro:

«A partir dos anos de 1973 a 74, os desaparecimentos tornaram-se frequentes. Nas contínuas visitas aos advogados, nós, os familiares, nos conhecemos e então surgiu a iniciativa de agirmos coletivamente. Foi assim que conversamos com Golbery. A esse grupo começaram a se agregar outras pessoas que tinham parentesco com «desaparecidos» em datas anteriores à 73 e 74.»

Mesmo agindo conjuntamente, as famílias não deixaram de tomar iniciativas individuais. Maria Augusta conta que ainda em 74, entrou em contato com a Anistia Internacional, acrescentando que no ano passado, quando Patricia Derian esteve aqui no Brasil, ela interpelou o ministro do Supremo Tribunal Federal, Hélio Leite, particularmen-

te sobre o caso de David. A família de David enviou também diversas cartas à Câmara e ao Senado, que foram lidas na tribuna, denunciando o seu desaparecimento. Segundo ela, grandes foram as dificuldades em se tornar público, o desaparecimento das inúmeras pessoas de quem não se conhecia o destino, principalmente devido a acirrada censura à imprensa mesmo escrita, no ano de 74.

#### Boca-a-Boca

«Começamos a frequentar todas as modalidades de reunião pública que aconteciam. Comparecemos ao V Congresso da Ordem dos Advogados, e a muitos outros encontros desse tipo, para denunciar o que se passava. Nossa trabalho era muito difícil. Tinha de ser boca-a-boca, porque as notícias não saiam nos jornais. Mas procuramos Tristão de Athayde e ele escreveu dois artigos em 74 intitulados «Os Esperados» e «Os Esperantes». Sob a forma de artigo, ainda era possível conseguir alguma divulgação.»

Ela prossegue com ar, agora cansado.

«Naquele ano acalentavamos a esperança de que eles estivessem vivos, e de que se tratava de um problema político. Ainda hoje, passados quase cinco anos, ainda vivemos essa esperança atroz. Essa situação é tremendamente desgastante, não só pelo caso pessoal, mas por todos aqueles que sofrem pela mesma causa.»

haver. Roman nunca teve ficha na polícia, nem qualquer envolvimento político. Era um homem que gostava de ler, e se interessava pelo resumo, mas não que nos conhecermos, ele não tinha envolvimento com qualquer movimento político.»

José Roman saiu de casa, no dia 12 de março de 1974, dizendo que ia viajar a trabalho, e buscar um amigo na cidade de Uruguaiana. No dia 18 do mesmo mês e ano, ele telegrafou à sua mulher dizendo: «Regresso. Tudo bem.» Segundo Lídia, como ele era uma pessoa pontual, e até o dia 22, não recebera qualquer outra notícia do marido, ela começou a se inquietar. Então, principiou a procurá-lo.

«Naquele ano», diz ela, «houve a enchente na cidade de Tubarão, e fiquei apreensiva; havia muitos casos de deslizamento nas estradas. Por isso, fomos ao DNER e pedimos que fosse feita uma pesquisa no trajeto que ele poderia ter percorrido. Na ocasião, dei aos policiais todo o percurso que Roman faria até São Gonçalo. A medida em que procurávamos, passamos a entrar em contato com todos os postos rodoviários e hospitais, que poderiam dar alguma informação sobre meu marido. Não encontramos nada. Um policial do DNER, vendo nosso desespero, perguntou se nós já tínhamos pensado na possibilidade de Roman estar preso. De imediato, recusamos essa possibilidade. Passados alguns dias, meu filho mais velho recebeu um telefonema anônimo dizendo que o pai havia sido preso pela Polícia Federal, junto com David Capistrano. Essa foi a única pista.»

#### COMO VIVER?

Aqui teve inicio a «perda de inocência» de Lídia e seus familiares. A partir dessa primeira e única informação, ela e todos os ligados

a David principiaram a procurá-lo. A única pista que tinham era o telefonema d

o telefônico d

o telefone d

*Jornal de S. Paulo*

*apareceram em março de 1974. E nunca mais foram vistos*

## **PROCURADOS**

*oimentos, seus familiares relembram o fato,  
s homens, falam das infrutíferas buscas, de suas  
ameaças e do enorme vazio que ficou em seus lares.*

# **LES não desistem**

*Es de Tatiana Petit*

## **tar da consciência**



**CRISTO COMUNISTA**

assaram a saber órgãos de segu-  
DOPS, OBAN, e  
mo não obtivesse sobre ele, foram  
politana de São  
aram conhecimen-  
tenas de outras  
am pelos mesmos  
aconteceu ainda  
em que a Cúria  
noite de vigília,  
e em seguida  
ro e alimentação  
procuravam seus  
relembra agrade-

la foi muito boa,  
ha dinheiro para  
o aluguel. Quem

Nesse momento ela faz uma  
comparação:

«Se meu marido era comunista,  
Cristo também era, pois da  
mesma forma, morreu sem julga-  
mento».

Lidia culpa o Governo pelo desa-  
parecimento de Roman, não só  
pelo direito que ela reconhece de  
ter o marido, idéias próprias como  
também pela única informação  
que conseguiu sobre seu para-  
deiro.

«A única pista que tivemos, foi  
o telefonema dizendo que Roman  
tinha sido preso pela Polícia Fede-  
ral. A Polícia Federal não é do  
Governo? Então, de quem é a

### **IDÉIAS PROIBIDAS**

Lidia, que não trabalhava até o  
desaparecimento do marido e, que,  
agora, aos 51 anos, atua como  
enfermeira particular, durante  
todas as noites, conta que no ano  
passado, o filho não pôde estudar  
por não ter conseguido vaga em  
um colégio estadual. Maurício não  
admite até hoje que o pai não este-  
ja com ele. Mesmo assim, também  
ele reconhece que o pai  
tinha direito a possuir suas idéias.

«Desapareceram com meu pai,  
porque ele tinha idéias que o  
governo não achava que fossem  
certas para o País. Esse governo  
domina tudo, e se as pessoas  
querem se manifestar, elas desa-  
parecem, são torturadas e  
moram».

Assim que soube da ida da  
repórter a sua casa, Maurício se  
revoltou. Ele ainda tem muita difi-  
culdade em falar do pai, e confessa,  
chorando:

«Ainda se tivessemos certeza  
de que ele está morto, seria mais  
fácil».

Também inconformada, Lidia  
diz que enquanto essas pessoas  
desaparecem na periferia, muitos  
ladrões estão soltos, e mesmo que  
sejam presos, as famílias sabem  
onde estão. Ela também reclama,  
mas uma vez, o direito que o  
marido tem de ao menos ser  
julgado, caso alguma culpa lhe  
possa ser imputada.

Paralelamente à incerteza de  
José Roman estar vivo ou morto e  
às dificuldades econômicas que a  
família enfrentou, depois do seu  
desaparecimento, os familiares se  
deparam com outros problemas.

Até hoje, por exemplo a mãe  
de José Roman não sabe o que  
aconteceu com o filho. Para ela,  
Roman está no exterior. Como se

também à História, porque são homens que  
receberam a confiança do povo ocupando um  
lugar de destaque no desdobramento da vida  
política do País e que não podem, por isso,  
serem apagados com uma esponja como se  
nunca tivessem existido.

Maria Augusta admite o envolvimento emocional evidente na busca desses «desaparecidos», mas lembra que não é possível deixar de lado o esclarecimento da opinião pública sobre o porque desses desaparecimentos.

«Em 74, como já disse, e todos sabem, a censura aos meios de comunicação era tremenda. As famílias que se agregaram para levar em frente uma luta comum, resolveram ir ao jornal «O ESTADO DE S. PAULO» numa tentativa de romper o silêncio da imprensa. O máximo que conseguimos de Rui Mesquita, foi a oferta de espaço no seu jornal, para que publicássemos um classificado pedindo notícias de nossos desaparecidos. Não houve consenso dos familiares que ali estavam, e não aceitamos. Eu, particularmente, disse ao senhor Rui Mesquita, que não concordava com aquela proposta, porque no caso específico de meu marido, tinha certeza de que ele tinha sido preso por órgãos de segurança, em razão de sua posição política definida.

Maria Augusta prosseguiu em defesa da argumentação afirmando que David Capistrano era um homem conhecido, e internacionalmente reconhecido, por isso. Publicar um classificado pedindo notícias dele seria segundo ela, não reconhecer toda a sua atuação. Por isso ela não se permitiu o direito de tomar tal decisão. «Todas as vezes em que esteve preso, David fez sua defesa política. Nunca negou suas atividades. Ele dizia que esse era um direito que a Constituição lhe permitia. Portanto, eu não poderia fazer aquilo.

### **ACesso à CIÊNCIA**

Mesmo cansada e com 60 anos, Maria Augusta continua procurando o marido e lutando através de várias organizações para alcançar seu objetivo. Com o ânimo um pouco menos abatido ela frisa:

«O eixo do interesse, não é apenas emotivo. Pretendemos através dessa luta, que o país evolua a ponto de que as novas gerações tenham vez e acesso às ciências de um modo geral e especialmente, à ciência social. Pretendemos um regime de liberdade, onde as pessoas tenham direito de se manifestar».

Com um certo pesar, ela se refere aos problemas enfrentados pelos filhos dos homens e mulheres que desapareceram, particularmente no seu caso.

«Meus três filhos tinham uma relação afetiva muito grande com o pai. Psicologicamente foram muito atingidos por todos os acontecimentos que marcaram nossa vida. Em 1964, quand

elembra agrade-

foi muito boa, a dinheiro para o Brasil. Quem é Roman. Eu não sou eu filho menor. Foi também na heci famílias na que eu. Nunca que essas coisas rasil. Nós ouvi informam sobre esses fatos em nunca soube de este país.

Cúria de São Paulo lugar onde José Roman os para encontrar a Cruz Vermelha do Coulo e a Casa Civil) parte da peregrinação, permitiu voltar a São Paulo de que ma solução ao resposta, foi a ilharga publicada de 75. Roman conhecia apenas pela sua deputado estatuto. Nunca teve com ele. Por entende que o marido, tenha ele ido buscar do com política, n, ela faça uma

marido desaparecia questão que mos num País as autoridades nando, mesmo algum envolvi sse sua ideologia ativa e não leve o em a possibili unicar com a

dromo.

A única pista que tivermos, foi o telefonema dizendo que Roman tinha sido preso pela Polícia Federal. A Polícia Federal não é do Governo? Então, de quem é a culpa? Desastre não foi, porque o próprio DNER não deu qualquer informação. Além do mais, também o carro desapareceu. Nele, Roman tinha todos os seus documentos, o endereço atualizado e fotografias nossas. Se algum acidente tivesse acontecido, nós estariamos sabendo».

Provavelmente, por não ter uma idéia do que se passava no País, na época em que Roman desapareceu, sua família apresenta um quadro um pouco diferente da grande maioria. A descoberta de uma realidade, onde as pessoas desaparecem, despertou na família Roman, o inicio de uma consciência política, como a própria Lídia admite.

«Eu nunca poderia imaginar que até moças desaparecessem e fossem torturadas. Na nossa cabeça, imaginamos que ainda é admissível, um homem passar por essas coisas, mas uma mulher? Eu não tinha conhecimento de nada disso, até sentir o problema na minha pele. E como nós, naquela época, muitos, ainda hoje, não sabem. Essa ignorância é própria do regime».

A explicação que Lídia encontra para a origem de atitudes como essa pode ser encontrada nas greves. Segundo ela, antigamente os operários faziam greve. A impossibilidade de que isso aconteça atualmente, visto que os empregados são despedidos, gerou um certo medo no povo, que passou a ter receio de discutir. As greves estão proibidas em todo o território nacional, nas áreas ditas de segurança. Nesse momento, Mauricio, seu filho, até então calado, resolveu dizer alguma coisa: «A falta de estudo também ajuda».

Isso e o desgaste a que Maria Augusta é, são fruto da luta que até agora, ela e outras famílias estão levando adiante, na e seus parentes. Desse modo ela e sua participaram do lançamento da campanha pelo Comitê Brasileiro pela Anistia, dos mortos e desaparecidos nos anos de repressão, no Brasil. Durante essa os familiares relataram mais uma vez instâncias em que seus parentes se «violaram», como disse na ocasião, Bernardo cuja irmã também está desaparecida. Augusta confessa bastante emocionada: mas que vivemos dentro de nós, a desse arbitrio, quando temos uma desaparecida, sempre mantemos acesa esperança, enquanto não tivermos uma Levo um choque, todas as vezes que sentam se sou a viúva de David Capistrano é uma coisa pessoal, todas as outras têm o mesmo problema». dida em que fala, sua emoção aumenta e desaparece o entusiasmo inicial, quanta as atividades políticas do marido.

**Versão Inadmissível**  
camente, tudo leva a crer que todas essas estejam mortas. Mas qualquer na situação também nos leva a pensar a ser trazido à tona, o destino dessas

desaparecimento, os familiares se deparam com outros problemas.

Até hoje, por exemplo a mãe de José Roman não sabe o que aconteceu com o filho. Para ela, Roman está no exterior. Como se encontrasse, ela tem pedido várias vezes que o filho venha visitá-la, e afirma que não poderá morrer sem revê-lo. Lídia e outras pessoas da família, muitas vezes simulam estar lendo alguma carta que Roman teria enviado, pois sua mãe é analfabeto.

E não é só. Em 1971, José Luís, filho mais velho de Roman, ganhou uma bolsa de estudos da Aliança Cultural Brasil-Urss. O mesmo aconteceu com seu primo, e ambos retornaram no ano seguinte, por não terem se adaptado ao clima. Somente em 1977, foram chamados a depor no DEOPS. Embora não tenham feito nenhuma pergunta sobre José Roman, os policiais quiseram saber como José Luís tinha obtido a bolsa e quais eram os outros brasileiros que estavam estudando com ele. Disso tudo, fica a impressão de que o depoimento tinha alguma relação com o desaparecimento do pai, uma vez que ele só foi chamado a depor cinco anos após a viagem.

Como já ficou claro, Lídia não tem muitos recursos e por esse motivo, não pode contratar um advogado para tentar receber a aposentadoria do marido. Mesmo que os tivesse, seria difícil conseguir ao menos o atestado de ausência exigido pelo órgão, porque os advogados entendem ser muito difícil um juiz assinar esse documento, que de uma certa forma implicaria em responsabilizar o governo, pela sua prisão e desaparecimento.

O corretor imobiliário, José Roman, com 49 anos em 1974, quando desapareceu, juntamente com David Capistrano, tem seu paradeiro desconhecido até hoje por seus familiares e amigos.

pessoas, mesmo que seja para dizer que elas estão mortas. Sabemos que foram presas por órgãos de Segurança. Todas elas tinham posição definida, dentro do panorama político do país. No caso de David, sabíamos que ele estava retornando ao Brasil. Por isso, é inadmissível as autoridades se apegarem ao fato de que ele não tenha estado aqui. Samuel Dib presenciou a partida de meu marido com José Roman de Uruguai.

Maria Augusta enfatiza que a característica arbitrária desses casos reside no fato de que essas pessoas estavam em luta contra o Governo, sendo caçadas com «a» e com «c».

Com relação ao atual momento político brasileiro, Maria Augusta reclama não ser ainda suficiente a abertura: «Eles podem satisfazer os banidos e exilados, mas o problema é dar uma resposta à opinião pública brasileira, sobre os nossos desaparecidos. O Governo entende que declarar o seu paradeiro, pode ser motivo de agitação, mas, por outro lado, esse sigilo, mesmo com alguma abertura democrática, não pode impedir que esse assunto esteja na ordem do dia, e que os familiares continuem procurando e, assim, desenvolvendo também, uma discussão política».

O paradeiro desses homens e mulheres diz ela, interessa aos familiares, que humanamente têm o direito de saber onde estão, e interessa

Com um certo pesar, ela se refere aos problemas enfrentados pelos filhos dos homens e mulheres que desapareceram, particularmente no seu caso.

«Meus três filhos tinham uma relação afectiva muito grande com o pai. Psicologicamente, foram muito atingidos por todos os acontecimentos que marcaram nossa vida. Em 1964, quando eu e meu filho, que na época tinha 15 anos, fomos presos, as duas meninas — uma tinha 10 e a outra 13 anos — ficaram na casa de amigos, que embora fossem próximos, não eram a família e a casa que elas perderam.

Eu fiquei presa durante três meses, e quando saí da cadeia pública de Pernambuco, tive de procurar meu filho, que permaneceu preso por mais um mês. Eu acredito que o objetivo da prisão de meu filho, era o de pressionar David e levá-lo a aparecer. Com o golpe de 64 ele se escondeu, e eu, de fato, não sabia onde estava. Essas perseguições, as mudanças e prisões trazem muita instabilidade. Fica-se um exilado dentro da própria terra. Se as pessoas não tiverem um esclarecimento muito grande, elas não conseguem se manter, visto que isso é muito ruim para sua formação».

A mulher de David Capistrano acredita que como ela, também os filhos têm esperança de rever o pai, embora eles mesmos a alertem para não manter qualquer ilusão a esse respeito.

«Eu também me preocupo quando eles deixam entrever qualquer sentimento nesse sentido. Nós vivemos nos policiando. No entanto, contamos com a compreensão do povo brasileiro, para que chegue o dia em que crianças como as nossas, não fiquem sujeitas a sanções pela posição ideológica, filosófica e política dos pais, e que tenham, dessa forma, um maior equilíbrio psicológico em sua formação.

Mesmo afetados, por todos esses problemas, como a própria mãe reconhece, os filhos de David não esquecem a questão política que envolve o desaparecimento do pai. Maria Cristina, uma das filhas, entende que do ponto de vista da arbitrariedade, é muito importante lembrar o desaparecimento de José Roman.

«Ele não vivia na ilegalidade. Tinha identidade, domicílio e trabalho fixo. Pretendiam sumir com David Capistrano, e fizeram o mesmo também com outra pessoa que não tinha sequer ficha na polícia. Nesse sentido, é importante também ressaltar a forma como a repressão nivelava as pessoas. Roman tinha apenas um envolvimento pessoal com meu pai».

No entender de Maria Cristina, existe um regime no país que decretou uma Constituição em 67, e depois disso, editou vários atos institucionais, que são a exceção dentro da própria exceção.

«Dentro dessas leis de exceção que toda a sociedade condensa, homens como meu pai não tiveram o direito de serem julgados e colocados à disposição da Justiça, mesmo com a inexistência do habeas-corpus. Quando deixou de haver condições para torturar e suicidar as pessoas, dentro dos cárceres, elas passaram a desaparecer. Meu pai tinha dois processos contra ele. Se houvesse o mínimo de legalidade jurídica dentro das leis de exceção ele teria sido julgado e, se fosse o caso, preso. Não fazer essas coisas é que caracteriza o arbitrio, e é por isso que cabe uma ação jurídica».

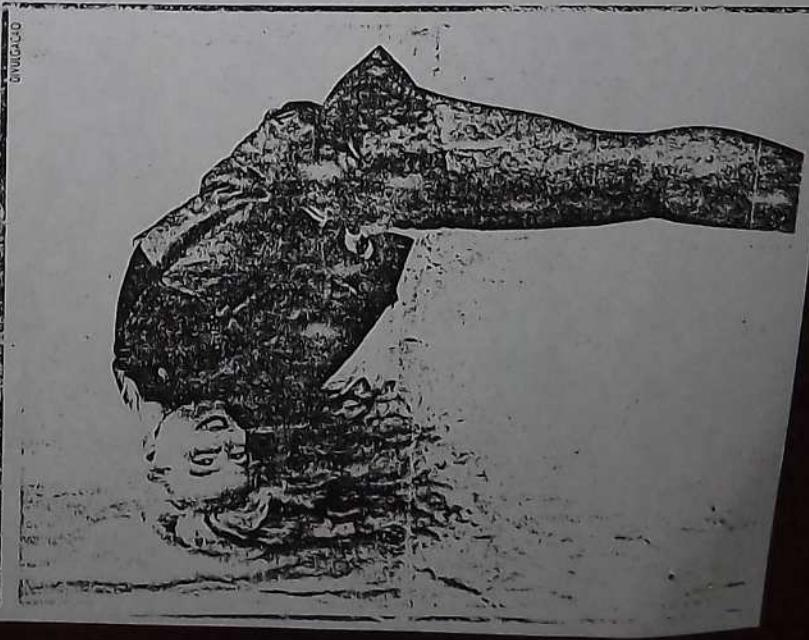
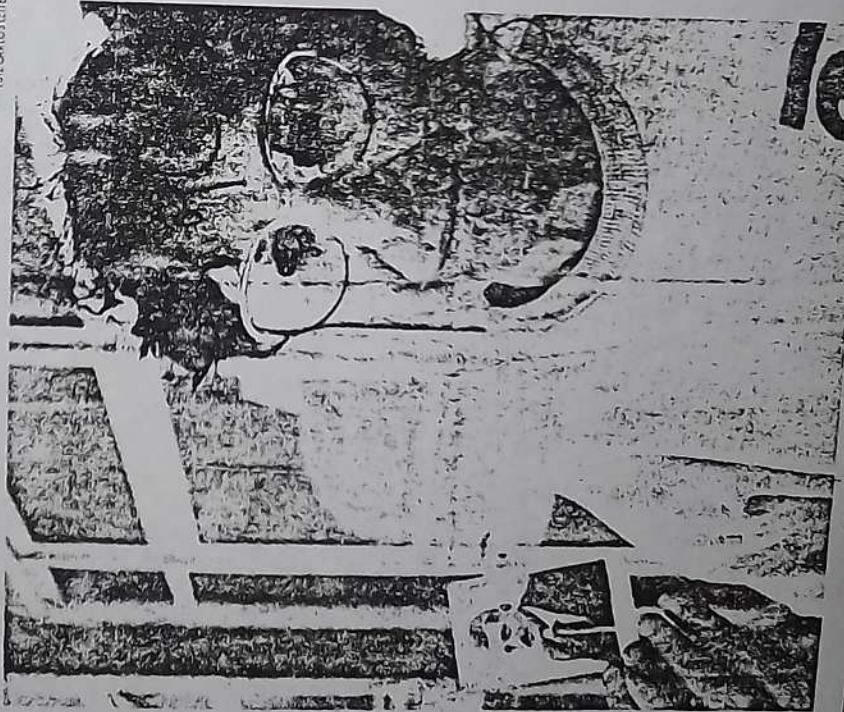
Em fevereiro deste ano, a família Capistrano, através de seus advogados Modesto da Silveira, Osvaldo Mendonça e Luís Celso de Araújo, dará entrada no Rio de Janeiro a uma ação jurídica, como disse Maria Cristina. Essa ação deverá, em primeiro lugar, fazer com que os órgãos de segurança que prenderam David, informem sobre seu paradeiro.

Em setembro do ano passado, quando foram julgados os acusados de organizar um congresso do Partido Comunista do Brasil, em 67, o Conselho da 2ª Auditoria da Marinha negou o pedido de abertura de inquérito feito pelos advogados da família, para investigar o desaparecimento de oito implicados naquele processo, entre os quais constava David Capistrano. O Conselho fundamentou a negativa, argumentando que não havia qualquer evidência nos autos de que a ausência daquelas pessoas, se relacionasse com fatos que induzissem à possibilidade de existência de qualquer delito.

# Famílias querem Erundina como guarda das ossadas

INTERCIALEITE

Familiares de pessoas desaparecidas durante a ditadura militar fizeram ontem um apelo à prefeita Luiza Erundina: mantenham o IML (Instituto Médico Legal) longe do caso das ossadas descobertas no cemitério de Perus. "O IML foi conivente no acobertamento dos assassinatos políticos", acusou Suzana Lisboa, da comissão de familiares. Participaram da reunião entidades de defesa dos Direitos Humanos, entre elas a Anistia Internacional. Em nota distribuída ontem, a Secretaria da Segurança afirmou que cabe ao IML identificar as ossadas. A prefeita disse que estuda um meio legal para afastá-lo. Pág. 7



Além da convocação de trabalhadores em serviços essenciais, a nova lei de greve, que o governo quer enviar ao Congresso na próxima semana, prevê a "requisição civil de trabalhadores e bens móveis". Essa reunião prevista nara "casos ex-

tremos" deve recair sobre os grevistas, mas pode alcançar qualquer trabalhador com mais de 18 anos. Quem se recusar a atender a convocação estará sujeito à detenção de um a seis meses e multa, segundo establece o texto da nova lei.

Pág. 1

## Nova lei de greve prevê até prisões

# Famílias querem IML longe d

*Essa reivindicação foi feita à prefeita por representantes dos parentes dos desaparecidos.*

Vanilda Sant'Anna

Especial para o FT

O Instituto Médico Legal (IML) deverá ser afastado da responsabilidade de investigações que vão identificar as 1.500 ossadas encontradas em vala comum e clandestina no Cemitério Dom Bosco, em Perus (zona Norte) na terça-feira.

Essa foi a principal reivindicação feita ontem à prefeita Luiza Erundina por representantes das famílias de militantes políticos desaparecidos durante a ditadura e também das oito entidades de defesa dos direitos humanos presentes à reunião realizada no gabinete da prefeita, entre elas Comissão Teotônio Vilela, Justiça e Paz, Anistia Internacional, Direitos Humanos Cone Sul e Arquidiocese de São Paulo. O caso, a partir de agora, também será acompanhado por peritos internacionais.

Para as comissões e parentes dos desaparecidos, o IML é um órgão "com antecedentes suspeitos". "Temos informações de que era o IML que enterrava todos os mortos por tortura. O Instituto foi um aparelho conveniente no acobertamento dos assassinatos políticos", acusou Suzana Lisboa, da comissão de familiares que, a exemplo das demais comissões, também pediu reforço policial para o cemitério, por temer a adulteração dos arquivos e despojos guardados em sala lacrada no Dom Bosco.

A prefeita Luiza Erundina disse que, diante da alegação das comissões, ela "se sentia pressionada a afastar o IML do caso". "Vou ver com o meu departamento jurídico quais são as medidas legais cabíveis", adiantou a prefeita. Erundina afirmou que não tem dormido devido à preocupação com a possibilidade de os arquivos e ossadas serem violados. Disse ainda que vai falar inclusive com o governador para reforçar o policiamento do cemitério.

Durante a reunião, ficou acertado que a Comissão International de Juristas, sediada em Genebra, na Suíça, e a Comissão de Juristas de Mônaco serão convidadas pela Prefeitura a acompanhar o caso Erundina.

## Uma angustiosa busca de 16 anos por

Quando estava às vésperas de completar 25 anos de casada, a dona-de-casa Lidia Roman teve a sua vida totalmente modificada. Da rotina doméstica ela teve que saltar para as ante-salas de órgãos públicos, hospitais e necrotérios e viajou por todo o Brasil numa busca que pode estar prestes a terminar. Tudo aconteceu há 16 anos, quando o marido de Lidia, o vendedor e militante do PCB José Roman desapareceu.

Lidia acredita que entre as 1.500 ossadas encontradas no cemitério Dom Bosco estejam os restos de seu marido. Para ela e os dois filhos, resta agora esperar que os legistas identifiquem as ossadas. Lidia não guarda nem raios X ou radiografias da arcada dentária do marido. Para os técnicos ela pode dizer apenas que José Roman era um homem alto (mais de 1m80) e forte que usava dentadura superior.

A última notícia que Lidia recebeu do marido foi em 75. Nesse ano ela foi informada por parentes de outros desaparecidos que muitos presos políticos haviam sido internados no Juqueri, em São Paulo, e posteriormente mortos. "Um amigo da família foi até o Juqueri, mas não conseguimos nada. A foto que levamos para o reconhecimento dele sumiu e mais tarde fiquei sabendo que o funcionário que nos atendeu foi demitido", lembra ela.

Lidia teve que começar a trabalhar para sustentar a família. Hoje ela é enfermeira de um clube paulistano, tem 62



Lidia Roman completaria 40 anos de casada este an-

anos, três netos e não é filiada a nenhum partido político. Ela garante que sequer sabia das atividades políticas do marido: "Quando ele saiu de casa pela última vez me disse que estava viajando a trabalho".

Com José Roman desapareceu também um Fusca 73. Durante um ano ela fez uma via sacra por hospitais, órgãos públicos, necrotérios, Cruz Vermelha e até o Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER). Recorreu também à imprensa e políticos, chegou a conseguir uma audiência com o então ministro Golbery do Couto e Silva, "que de nada adiantou".

Nessa busca, outras famílias dos e conseguiram: o arcebispo ristó Arns, "que dinheiro e passagens". Enquanto deixava o filho de 12 anos, o mais sozinho em casa

Do desaparecido lembra que o casal rumou a São Paulo em março de 1974 dia 19 do mês de 18, conta ela, regrama dele dizendo que tudo bem e que

concordou porque, segundo ela, a internacionalização vai agilizar as apurações.

As oito comissões entraram ontem à noite com uma representação junto à Procuradoria Geral da Justiça solicitando que

os livros de registros de óbitos de indigentes do IML fiquem sob guarda da Procuradoria e ainda que o policiamento se estenda à parte externa do cemitério.

Hoje os peritos criminais da Universidade de Campinas co-

meçam a catalizar. Ontem, os trabalhos, segundo por falta de espaço para os despojos alvenaria está

# IML longe dos ossos da ditadura

*antes dos parentes dos desaparecidos e entidades de defesa dos direitos humanos*

**busca de 16 anos pode estar perto do fim**



SÉRGIO ANDRADE

J.F.THE.

Lidia Roman completaria 40 anos de casada este ano. No destaque, o marido desaparecido, José Roman

S netos e não é filiada ao partido político. Ela que sequer sabia das políticas do marido: ele saiu de casa pela manhã e me disse que estava a trabalho".

José Roman desapareceu em um Fusca 73. Duas semanas depois, ela fez uma viagem a hospitais, órgãos puericultórios, Cruz Vermelha e o Departamento de Estradas e Rodovias (DER). Recorreu também à imprensa e políticos, a conseguir uma audiência com o então ministro do Couto e Silva, "que se dignou".

Nessa busca, Lidia conheceu outras famílias de desaparecidos e conseguiu um forte aliado: o arcebispo d. Paulo Evaristo Arns, "que nos arranjava dinheiro e passagem para as viagens". Enquanto viajava, deixava o filho mais novo (com 12 anos, o mais velho tinha 22) sozinho em casa.

Do desaparecimento, Lidia lembra que o marido saiu de casa rumo a São Gonçalo, no Rio Grande do Sul, no dia 12 de março de 1974 para voltar no dia 19 do mesmo mês. No dia 18, conta ela, recebeu um telegrama dele dizendo que estava tudo bem e que voltaria. Dias

depois, o filho mais velho de Lidia também recebeu um telefonema anônimo avisando que José Roman estava preso e que a família deveria procurar um advogado.

Hoje Lidia mora numa modesta casa na Vila Guarani, zona Leste, e além do salário de enfermeira recebe, há cinco anos, uma pensão do INPS, pelo desaparecimento do marido. Lidia diz que não quis se casar de novo porque sempre teve a esperança de reencontrar o marido: "Se provado que ele está lá no cemitério será um alívio; do contrário, nunca deixarei de ter esperanças". Lidia este ano completaria 40 anos de casada. (V.S.)

de registros de óbitos feitos no IML fiquei sob a Procuradoria e ainda o pagamento se estende à compra do cemitério.

Peritos criminais da Faculdade de Campinas co-

meçam a catalogar as ossadas. Ontem, os trabalhos foram suspensos, segundo a Prefeitura, por falta de espaço para depositar os despojos (uma vala em alvenaria está sendo construída).

Ainda às 10h30 de ontem um caminhão do IML tentou retirar as ossadas, obedecendo a um telex da Secretaria de Segurança, mas imediatamente a Prefeitura foi avisada e impediu a operação.

## DEFINIÇÕES

**Feriadão.** Feriado que por cair no fim de semana, emendado ao sábado e domingo, vira um feriadão, um feriado longo, quando então aproveitam para fazer o que fazem nos outros dias: não trabalhar, mas com motivo oficial.

\*  
**Atirador de elite.** Tem péssima pontaria.

\*  
**Cemitério maldito.** Estando você lá, permanentemente, existe algum cemitério que não seja maldito.

\*  
**Felicidade em crise.** Ponto de vista segundo o que é difícil, hoje, ser feliz, a não ser que você provenha de Alagoas e tenha conseguido chegar a um bom lugar de Brasília.

\*  
**Passagens aéreas.** As que sempre estão esgotadas quando mais se precisa delas.

\*  
**Fila de espera.** Lugar em que colocam você para esperar que alguém, mais esperto, consiga uma coisa que você queria e ele já obteve.

\*  
**Paralisar trabalhadores.** É o que sempre pretende a CUT, sem conseguir, talvez porque nem a CUT ainda se tembo da ditadura.

## Delegado quer ouvir coveiros e saber quem levava os corpos

O delegado seccional oeste de São Paulo, Jair Cesário da Silva, deu início ontem ao inquérito policial sobre o Cemitério Dom Bosco. O caso estava nas mãos do delegado Ernesto Fontoura Carvalho, do 46º Distrito Policial de Perus. Cesário diz que pretende ouvir na próxima segunda-feira os coveiros do cemitério. Em conversa com os peritos criminais, Fortunato Badan Palhares e Nelson Massini, o delegado estipulou que na segunda-feira também começam ser catalogadas 50 das 100 ossadas retiradas do cemitério, até a tarde de ontem. Há ao todo cerca de 1 mil 500 ossadas.

A polícia pretende saber dos funcionários quem eram as pessoas que traziam ao Dom Bosco os corpos não reclamados pelas famílias. Fábio Pereira Bueno, diretor do Departamento de Cemitérios de São Paulo na época da fundação do Dom Bosco — em 2 de março de 1971 — disse que, na década de 70, o cemitério era frequentado por policiais. "Lembro, por exemplo, que uma vez um delegado de polícia, cujo nome não recordo, pediu para que achássemos seu sobrinho. O menino era militante de

esquerda. Estava desaparecido. O delegado está hoje aposentado, mora no interior de São Paulo. Nós acabamos encontrando o rapaz, enterrado no Dom Bosco. Mandamos os ossos à família", disse Fábio Bueno.

Ontem a entidade de defesa de direitos humanos "Tortura Nunca Mais" pediu apoio, jurídico e político, ao presidente Fernando Collor e ao ministro da Justiça, Bernardo Cabral. "Queremos o respaldo deles nessa investigação, por isso enviamos telegramas para

eles", disse Cecília Coimbra, da sessão carioca da entidade.

Dois coveiros do cemitério Dom Bosco disseram ontem que também foram enterrados ali corpos de indigentes internados, na década de 70, no manicômio do Juqueri, também em Perus. Na década de 70, entidades de direitos humanos levantaram a hipótese, jamais comprovada, de que alguns militantes políticos mortos e enterrados no Dom Bosco tiveram seus nomes trocados com os de internos, sem família, do Juqueri.

### Cabral espera por "denúncia concreta"

O governo federal só pretende interferir no caso das sepulturas clandestinas localizadas terça-feira no cemitério Dom Bosco, em Perus, se houver uma denúncia concreta ao Ministério da Justiça ou à Polícia Federal. Ontem o ministro da Justiça, Bernardo Cabral, disse que ainda não recebeu nenhum pedido para auxiliar na investigação sobre a identidade das ossa-

das descobertas.

Cabral afirmou que precisa de "algum indicio" de alguma família que suspeite ter parente enterrado na vala comum do cemitério para sugerir a abertura de inquérito. Nesse caso, afirma, o governo adotará "uma postura bem rigorosa". Por enquanto, o ministro diz que conhece o caso através da imprensa.

## TEM GENTE QUE FAZ

"Ele conseguiu proibir a caça às baleias", disse um.  
"A emenda de convocação da Constituinte foi dele", disse outro.  
"Também é dele a complementação da aposentadoria dos portuários", disse um terceiro.

Outro ainda lembrou "das férias com mais um terço e hora extra com 50%".

Alguém sempre lembra de alguma realização do deputado Gastone Righi. Como o jovem eleitor que citou a reconquista da autonomia de Santos como "muito importante para a volta das eleições diretas".

E assim vai. Os taxistas têm "a nova Isenção do IPI". Os trabalhadores avulsos não se esquecem "das férias, do 13º salário e do Fundo de Garantia". Os ecologistas falam da luta para instituir penas severas aos que caçam animais silvestres e comercializam sua pele. Os advogados trabalhistas exaltam a dedicação na defesa "das normas constitucionais que regulamentam a segurança no trabalho". E muitos torcem para que a Câmara aprove o projeto que titula o "crime de usura para a cobrança de juros acima de 12% ao ano".

Ah, não podemos esquecer a lei que definiu como primorosa "aquela emenda constitucional que exige aplicação imediata dos direitos individuais e coletivos". Muitos dizem que só tem gente que fala. Muitos outros sabem que tem gente que faz.



**Gastone Righi**  
DEP. FEDERAL n°1421

**PTB C/ MALUF**

qua  
mais  
trab

Saltos  
maior,  
continu,  
os preç

Dólar. Ma  
até outre  
lugar onde  
economias  
continuar c  
está caindo  
em que o m  
para aplica  
comprar cr

Guerra San  
idade medi  
uma, só par  
idéia das tr  
o cérebro d  
iraquiano, s  
cérebro e, s  
cérebro fun

Aperto mon  
do governo e  
mercado a t  
circulação,  
nos, outros,  
o nome de aj  
monetário.

Menores ca  
Crianças óri  
estejam pas  
necessidade  
quais o gove  
cuidar e real  
oficialmente  
com que ess  
tenham mai  
passem por  
dificuldades

Carecas. Jo  
cabelo e que  
brilhando no  
paulista de f  
naturalment  
ofuscarem a  
adversários  
colocados fr  
com o brilho  
onde deveria  
compridos.

Juiz de futeb  
todo de preto  
boca, cuja m  
comentada  
desairosame  
Tonin